Relatório e Contas

30 junho 2026



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma

Santander Aforro PPR

Santander
Asset Management

Índice

1. Relatório de Gestão 3

1.1. Enquadramento macroeconómico 3
1.2. Política de investimento 8
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr) 9
1.4. Evolução das unidades de participação 9
1.5. Performance 9
1.6. Custos e proveitos 10
1.7. Demonstração do património 10
1.8. Evolução dos ativos sob gestão 10
1.9. Valorimetria 10
1.9.1. Valores mobiliários 10
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário 12
1.9.3. Instrumentos derivados 12
1.9.4. Câmbios 13
1.10. Remunerações atribuídas 13
1.11. Política de voto 13
1.12. Erros de valorização 14
1.13. Eventos subsequentes 14

2. Relatório de Auditoria 15

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026 19

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026 22

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026 24

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026 26

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma "armada maciça" a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de "dólar forte" pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o *ISM* dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

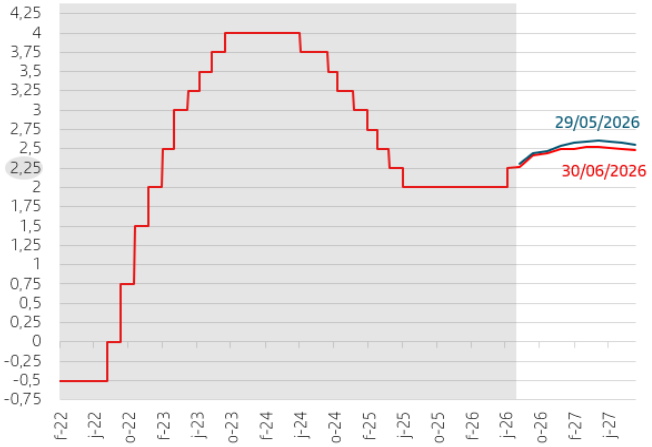
Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 $/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

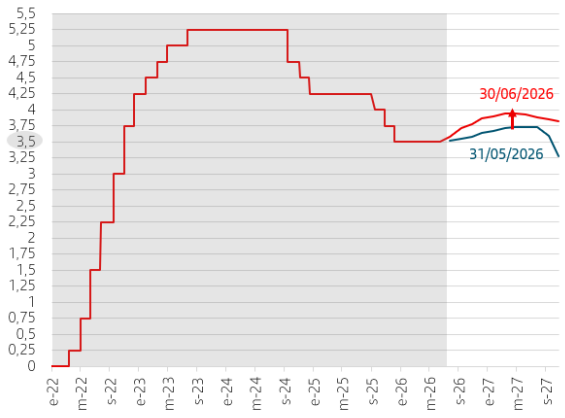
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35$/barril e o WTI 51,3% para 101,38$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

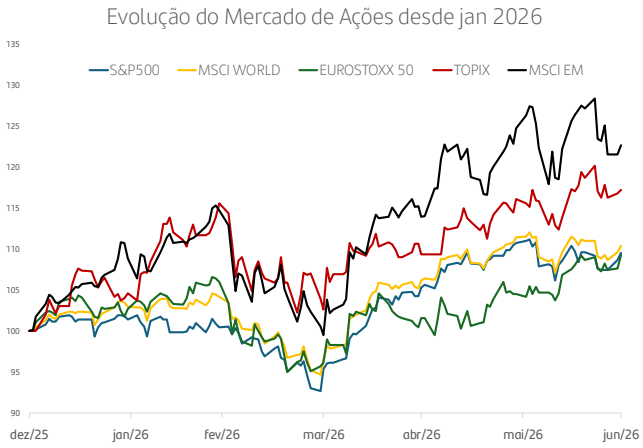
Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao Iene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 $/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 $/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

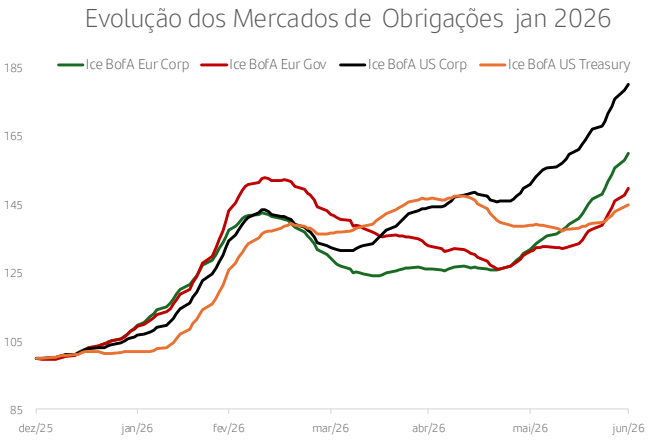
Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação *core* nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das Treasuries a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 $/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

	2025	2026e
PIB EUA	**2,20%**	**2,20%**
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	**1,50%**	**0,70%**
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	**1,80%**	**1,90%**
PIB Espanha	**2,90%**	**2,30%**
PIB China	**5,00%**	**4,60%**

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação *core* permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a

volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

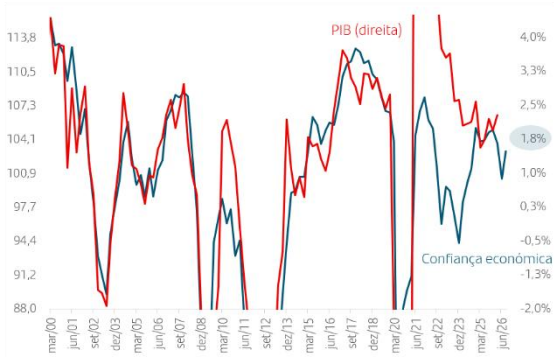
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)

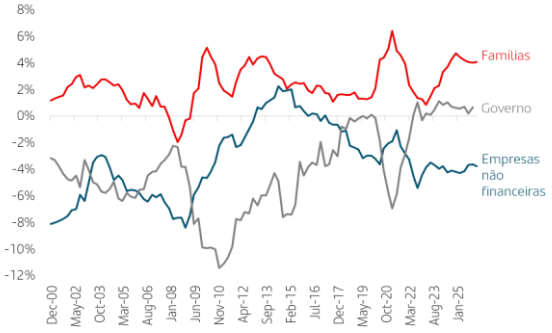


Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da união monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: *Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitv LSEG Worksation*

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

Ao longo do primeiro semestre de 2026, o fundo manteve uma estratégia de investimento flexível, permitindo uma maior exposição a emitentes *high yield*, mercados emergentes, e a moedas, dentro de um horizonte de investimento de médio a longo prazo. Tanto a estratégia como a alocação de ativos baseiam-se em análises macroeconómicas e fundamentais, com foco na seleção de ativos com maior potencial de valorização em termos relativos.

No final do semestre, o risco cambial era caracterizado por uma exposição de 1,6% ao dólar norte-americano (vs. 2% no final de 2025) e de 0,3% ao iene japonês (vs. 0,3% no final de 2025). Em termos de risco de taxa de juro, a equipa de gestão manteve-se muito ativa na gestão da *duration* devido à volatilidade gerada pela guerra no Irão; o fundo aumentou a *duration* de 3,24 (valor com que iniciou o ano) para aproximadamente 3,60, aproveitando a subida das yields; posteriormente, reduziram-na assim que o Estreito de Ormuz foi reaberto e as yields começaram a descer, encerrando o semestre nos 3,16. A principal exposição continua a ser em obrigações soberanas em euros, que representa 71% da carteira, com destaque para emitentes "core", incluindo obrigações alemãs indexadas à inflação. Durante o período, foram também realizadas operações com opções e futuros sobre dívida alemã. No que diz respeito aos mercados de crédito, o fundo aumentou a exposição a obrigações *investment grade* para 17% da carteira (todas denominadas em euros) e a *high yield* para 4%, face ao 1% registado no final de 2025. Nos mercados emergentes, a gestão manteve uma exposição de 1%, sem grandes alterações durante o semestre.

Do ponto de vista de mercado, o primeiro semestre de 2026 caracterizou-se por um desempenho positivo das obrigações, tanto corporativas como soberanas, num contexto marcado por episódios de elevada volatilidade geopolítica. A guerra no Irão e o encerramento do Estreito de Ormuz provocaram um aumento temporário da aversão ao risco e dos spreads de crédito, que atingiram o seu pico no final de março. No entanto, a subsequente normalização das tensões e a tomada de posse de Warsh na Reserva Federal contribuíram para estabilizar as expectativas do mercado durante a segunda metade do semestre. Assim, por exemplo, o índice de dívida alemã registou um retorno de 1,16%, o de obrigações *investment grade* de 1,36% e o de *high yield* de 1,90%. A *Yield* do *Bund* a 10 anos começou o ano em 2,86% e encerrou o semestre nesse mesmo nível. Em termos de spreads de crédito, os spreads de emitentes com rating *investment grade* mantiveram-se inalterados nos 78 pontos base, e spreads de *high yield* também não registaram nenhuma variação líquida no período, situando-se nos 270 pontos base.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2023	2 917 857	5,1146
2024	4 483 501	5,2382
2025	5 889 440	5,2966

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo ascendia a 33 235 972 euros, repartidos por 6 220 142 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,3433 euros.

1.5. Performance

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2023	2,91%	3
2024	2,42%	3
2025	1,11%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade era de 1,20% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

O Fundo não cobra comissões de subscrição e de resgate aos participantes.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	375 337	334 898	40 439	12%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	896 828	1 184 900	-288 072	-24%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Ev	13	14	0	-3%
Total	**1 272 179**	**1 519 812**	**-247 633**	**-16%**
Custos				
Juros e Custos Equiparados	126 878	136 469	-9 591	-7%
Comissões e Taxas	137 287	107 668	29 619	28%
Comissão de gestão	126 355	97 689	28 665	29%
Comissão de depósito	5 528	4 295	1 233	29%
Outras comissões e taxas	5 405	5 683	-278	-5%
Perdas em Operações Financeiras	721 472	1 075 975	-354 503	-33%
Impostos	1 485	3 068	-1 584	-52%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Event	684	709	-25	-4%
Total	**987 806**	**1 323 889**	**-336 083**	**-25%**
Resultado do Fundo	**284 373**	**195 923**	**88 450**	**45%**

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	31 723 153	27 905 551
Saldos bancários	1 683 828	3 088 448
Outros ativos	379 100	239 343
Total dos ativos	**33 786 082**	**31 233 342**
Passivo	550 110	39 471
Valor Líquido do OIC	**33 235 972**	**31 193 871**

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	31 988 662	94,68%	28 114 870	90,02%
Instrumentos financeiros cotados	31 988 662	94,68%	28 114 870	90,02%
Títulos de dívida pública	24 947 705	73,84%	22 949 579	73,48%
Obrigações diversas	7 040 957	20,84%	5 165 291	16,54%
UP's e ações de OIC que não OII (ETF's)	-	0,00%	-	0,00%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	-	0,00%	-	0,00%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	**33 786 082**	**94,68%**	**31 233 342**	**90,02%**

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado

deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
   - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
   - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;

2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1ºsemestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Aforro PPR** (o "OIC"), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total 33 786 082 euros e um total de capital do OIC de 33 235 972 euros, incluindo um resultado líquido de 284 373 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Aforro PPR**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"* abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações

financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026

Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados – SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **BALANÇO** Data: **2026-06-30**

ACTIVO

Código		2026-06-30 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2025-12-31
	Outros Activos					
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					
	Total Outros Activos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	31 618 744	198 175	(93 766)	31 723 153	27 905 551
22	Acções					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	31 618 744	198 175	(93 766)	31 723 153	27 905 551
	Outros Activos					
31	Outros activos					
	Total de Outros Activos					
	Terceiros					
411+...+ 418	Contas de Devedores	105 206			105 206	28 681
424	Estado e Outros Entes Públicos					
	Total de Valores a Receber	105 206			105 206	28 681
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	1 683 828			1 683 828	3 088 448
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	1 683 828			1 683 828	3 088 448
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	267 080			267 080	210 662
52	Despesas com Custo Diferido	6 815			6 815	
58	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias activas					
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	273 895			273 895	210 662
	TOTAL DO ACTIVO	33 681 673	198 175	(93 766)	33 786 082	31 233 342
	Número total de Unidades de Participação em circulação				6 220 142	5 889 440

CAPITAL E PASSIVO

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	31 100 710	29 447 200
62	Variações Patrimoniais	819 303	715 085
64	Resultados Transitados	1 031 586	752 270
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos antecipados das SIM		
66	Resultado Líquido do Período	284 373	279 316
	Total do Capital do OIC	33 235 972	31 193 871
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total de Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar aos Participantes	18 209	16 132
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
423	Comissões a Pagar	24 199	22 543
424+...+429	Outras contas de Credores	506 060	
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Accionistas		
	Total de Valores a Pagar	548 468	38 675
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	1 046	796
56	Receitas com Proveito Diferido	356	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	240	
59	Contas transitórias passivas		
	Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	1 642	796
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	33 786 082	31 233 342
	Valor Unitário da Unidade Participação	5,3433	5,2965

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: **2026-06-30**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

	2026-06-30	2025-12-31
Operações Cambiais		
À vista		
A prazo (forwards cambiais)		
Swaps cambiais		
Opções		
Futuros		
Total		
Operações Sobre Taxas de Juro		
Contratos a prazo (FRA)		
Swap de taxa de juro		
Contratos de garantia de taxa de juro		
Opções		
Futuros		
Total		
Operações Sobre Cotações		
Opções		
Futuros		929 280
Total		929 280
Compromissos de Terceiros		
Operações a prazo (reporte de valores)		
Valores cedidos em garantia		
Empréstimos de valores		
Total		
TOTAL DOS DIREITOS		929 280
CONTAS DE CONTRAPARTIDA	3 235 680	1 729 420

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	3 235 680	1 729 420
	Total	3 235 680	1 729 420
	Compromissos Com Terceiros		
942	Subscrição de títulos		
943	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores recebidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	3 235 680	1 729 420
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		929 280

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS** Data: **2026-06-30**

CUSTOS E PERDAS

Código		2026-06-30	2025-06-30
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	126 878	136 469
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 419	1 631
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	135 364	104 791
729	De Operações Extrapatrimoniais	505	1 245
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	582 182	568 910
731+738	Outras, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	139 290	507 064
	Impostos		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	1 485	3 068
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	684	616
	Total dos Custos e Perdas Correntes (A)	987 806	1 323 796
79	**Outros Custos e Perdas das SIM**		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		93
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		93
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período**	284 373	195 923
	TOTAL	1 272 179	1 519 812
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	501 314	455 392
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	38 970	(23 889)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	284 373	196 015

PROVEITOS E GANHOS

Código		2026-06-30	2025-06-30
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	366 851	325 455
811+814+817+818	De Operações Correntes	8 486	9 443
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	718 064	700 479
831+838	Outros, em Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	178 765	484 421
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	13	14
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	1 272 179	1 519 812
89	**Outros Proveitos e Ganhos das SIM**		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
66	**Resultado Líquido do Período**		
	TOTAL	1 272 179	1 519 812
F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		(93)
B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	285 858	198 991
B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	284 373	195 923

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Poupança Reforma Santander Aforro PPR referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	**3 509 177**	**3 589 248**
Subscrições de unidades de participação	3 509 177	3 589 248
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
Out.Receb.s/Unid.OIC		
PAGAMENTOS:	**(1 749 372)**	**(1 012 562)**
Resgates de unidades de participação	(1 749 372)	(1 012 562)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	**1 759 805**	**2 576 686**
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	**18 862 144**	**20 986 757**
Venda de títulos e outros ativos da carteira	15 036 278	16 216 204
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	3 515 000	4 340 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	310 866	430 553
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	**(21 956 654)**	**(23 998 432)**
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(21 828 064)	(23 860 079)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Comiss. de Bolsa		
Juros e custos similares pagos	(126 885)	(136 180)
Comissões de corretagem		(36)
Outras taxas e comissões	(1 705)	(2 136)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	**(3 094 511)**	**(3 011 675)**
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	**238 555**	**681 665**
Operações cambiais	47 149	205 811
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	163 015	475 854
Margem inicial em contratos de futuros e opções	28 391	
PAGAMENTOS:	**(181 606)**	**(655 067)**
Operações cambiais	(42 593)	(209 468)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(138 490)	(444 466)
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros	(522)	(1 133)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	**56 949**	**26 598**
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	**8 317**	**10 079**
Juros de depósitos bancários	8 304	10 065
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	13	14
PAGAMENTOS:	**(135 181)**	**(105 718)**
Juros Disp./Emprst.		(7)
Comissão de gestão	(126 009)	(98 543)
Comissão de depósito	(5 677)	(4 356)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(2 711)	(2 028)
Outros pagamentos correntes	(784)	(784)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	**(126 864)**	**(95 639)**
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:		**(93)**
Valores Exerc. Ant.		(93)
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais		**(93)**
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	**(1 404 620)**	**(504 122)**
Disponibilidades no Início do Período:	**3 088 448**	**1 971 986**
Disponibilidades no Fim do Período:	**1 683 828**	**1 467 864**

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2025-12-31	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2026-06-30
Valor base	29 447 200	3 304 697	(1 651 187)	-	-	-	31 100 710
Diferença p/Valor Base	715 085	204 480	(100 262)	-	-	-	819 303
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	752 270	-	-	-	279 316	-	1 031 586
Resultados do período	279 316	-	-	-	(279 316)	284 373	284 373
Total	31 193 871	3 509 177	(1 751 449)	-	-	284 373	33 235 972
Nº de Unidades participação	5 889 440	660 939	(330 237)	-	-	-	6 220 142
Valor Unidades participação	5,2966	5,3094	5,3036	-	-	-	5,3433

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups>= 25%	-
10%<= Ups < 25%	-
5%<= Ups < 10%	-
2%<= Ups < 5%	-
0.5%<= Ups < 2%	2
Ups<0.5%	15 828
TOTAL	15 830

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	33 235 972	5,3433	6 220 142
	31/mai/26	32 695 795	5,3244	6 140 749
	30/abr/26	32 157 825	5,2936	6 074 896
	31/mar/26	31 805 231	5,2770	6 027 117
	28/fev/26	31 888 130	5,3424	5 968 824
	31/jan/26	31 463 781	5,3141	5 920 824
2025	31/dez/25	31 193 871	5,2966	5 889 440
	30/set/25	27 727 967	5,2935	5 238 104
	30/jun/25	26 254 024	5,2799	4 972 445
	31/mar/25	24 824 345	5,2433	4 734 528
2024	31/dez/24	23 485 645	5,2382	4 483 501
	30/set/24	19 314 419	5,2154	3 703 370
	30/jun/24	17 738 423	5,1286	3 458 705
	31/mar/24	16 082 571	5,1184	3 142 098

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
RAGB 0.75 20/02/28	238 215	4 640	-	242 855	673	243 528
BKO 1.7 06/10/27	1 308 280	-	(2 656)	1 305 624	1 286	1 306 911
OBL 2.2% 10/10/30	1 501 136	-	(15 922)	1 485 214	32 358	1 517 572
BKO 1.9 09/16/27	3 441 195	-	(1 005)	3 440 190	62 949	3 503 140
DBRI 0.1% 15/04/46	539 448	-	(13 251)	526 197	140	526 337
DBR 0.25% 15/02/27	46 888	2 448	-	49 336	47	49 383
DBR 0 15/05/35	795 079	16 267	-	811 346	-	811 346
DBR 1% 15/05/38	779 226	5 217	-	784 443	1 266	785 709
NETHER 0.75%15/07/27	3 339 112	6 335	-	3 345 447	24 558	3 370 005
KAZAKS 1.5% 30/09/34	108 030	845	-	108 875	1 464	110 339
LGB 0 11/13/26	943 422	51 181	-	994 603	-	994 603
BTF 0% 02/09/26	646 080	1 333	-	647 413	-	647 413
BTF 0% 16/09/26	715 400	1 079	-	716 479	-	716 479
IRISH 0.9% 15/05/28	2 369 812	14 853	-	2 384 665	2 845	2 387 510
IRISH 0.4% 15/05/35	137 559	2 975	-	140 534	90	140 624
EFSF 0% 13/10/27	2 255 295	17 484	-	2 272 779	-	2 272 779
BKO 2% 16/12/27	1 436 640	-	(7 181)	1 429 459	20 357	1 449 816
NETHER 0% 15/01/38	381 346	10 368	-	391 714	-	391 714
IRISH 1.7% 15/05/37	170 938	3 292	-	174 230	438	174 668
DBR 2.6% 15/08/35	668 786	3 562	-	672 348	17 664	690 012
EUB 0% 07/08/26	634 393	4 154	-	638 547	-	638 547
BKO 2.1% 15/03/28	158 403	464	-	158 867	1 408	160 276
ESMTB 0% 17/09/26	87 388	216	-	87 604	-	87 604
EFSF 2.5% 15/12/27	499 245	-	(225)	499 020	-	499 020
ROMANI 4.625 04/3/33	14 989	-	(476)	14 513	226	14 739
LGB 3 1/8 03/24/36	301 072	2 834	-	303 906	2 568	306 474
LGB 0% 24/03/31	103 872	1 314	-	105 186	-	105 186
LITHUN3.625 18/11/33	85 388	1 425	-	86 813	357	87 171
ALBANI 5.9% 09/06/28	-	-	-	-	356	356
UZBE 5.375% 29/05/27	101 149	351	-	101 500	486	101 986
TII 1.5 02/15/53	357 757	-	(14 643)	343 114	2 496	345 610
KFW 2.375% 11/04/28	514 332	-	(6 168)	508 164	2 688	510 852
	24 679 875	152 637	(61 527)	24 770 985	176 721	24 947 705

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.03 - Obrigações diversas						
MONTPI 3.625 22/6/31	99 762	290	-	100 052	91	100 143
EDPPL 4.375% 2/12/55	99 259	-	(134)	99 125	1 450	100 575
KSA 2% 09/07/39	127 456	-	(1 752)	125 704	3 130	128 834
FUMVFH2,125 27/02/29	96 336	1 448	-	97 784	722	98 506
RENAUL 3.5% 17/01/28	35 224	-	(88)	35 136	554	35 690
CMARK 0,75 18/01/30	92 318	-	(421)	91 897	337	92 234
ENGIFP 4.825% PERP	100 000	1 813	-	101 813	1 005	102 818
SOCG 3.875% 14/04/34	99 447	121	-	99 568	828	100 396
CAFP 3.875% 04/06/34	198 020	1 485	-	199 505	573	200 078
CRELAN 6% 28/02/30	108 880	-	(2 148)	106 732	2 022	108 754
SOCSF 0,75% 29/01/27	186 646	11 283	-	197 929	629	198 558
RENAUL 4.125% 9/6/31	99 894	-	(171)	99 723	249	99 972
MDT 1.75 07/02/49	145 774	2 586	-	148 360	4 188	152 548
NYKR 3.625% 24/07/30	138 429	-	(2 530)	135 899	4 585	140 484
HEIANA3.276 29/10/32	100 031	-	(688)	99 343	2 199	101 542
GOOGL 3.375 06/05/37	98 859	-	(1 872)	96 987	518	97 505
BALL 1.5% 15/03/27	108 041	859	-	108 900	825	109 725
AQUASM 3.75% 11/6/32	100 310	-	(550)	99 760	205	99 965
CZGRPA 5.25% 10/1/31	104 190	-	(2 140)	102 050	2 494	104 544
LANBNN 3.625 3/11/32	99 678	-	(1 189)	98 489	2 384	100 873
BMW 3.375% 02/02/34	75 550	679	-	76 229	1 075	77 304
YPFDAR 8.25 17/1/34	66 343	2 739	-	69 082	2 474	71 556
CCAMA 5.75% PERP	99 115	1 005	-	100 120	2 669	102 789
SHAEFF 2.875 26/3/27	104 255	431	-	104 686	802	105 488
HOTGR 4% 15/04/34	55 613	567	-	56 180	473	56 653
AMPRIO 4.75% 28/4/56	99 188	1 937	-	101 125	833	101 958
ORAFP 4.25% PERP	99 260	565	-	99 825	70	99 895
ATIM 3.375% 16/02/32	99 279	-	(522)	98 757	2 386	101 143
BMY 3.363% 10/11/33	100 350	-	(1 141)	99 209	2 147	101 356
HMBSS 3.4% 31/10/33	148 344	-	(1 620)	146 724	3 395	150 119
ISLBAN 3.75 11/11/32	99 837	-	(375)	99 462	2 384	101 846
NOVOB 3% 20/02/32	99 256	-	(412)	98 844	1 077	99 921
NOVOB 3.375% 20/2/35	99 628	-	(637)	98 991	1 211	100 202
DLR 3.75% 15/01/33	100 120	-	(976)	99 144	1 716	100 860
ETEG 3.375% 27/11/32	99 749	-	(707)	99 042	1 997	101 039
CAZAR 3.125% 10/8/31	99 670	-	(606)	99 064	1 207	100 271
PTHREE 3.375 22/3/31	99 417	-	(737)	98 680	934	99 614
ALPHA 3.5% 10/02/33	149 705	-	(1 263)	148 442	2 028	150 470
FORD 4.087% 17/02/33	150 000	-	(2 997)	147 003	2 251	149 254
TTEFP 3.79% PERP	149 949	-	(1 542)	148 407	561	148 968
STLA 6.875% PERP	99 185	-	(1 544)	97 641	2 015	99 656
VTRS 4.25% 17/06/33	99 739	1 357	-	101 096	163	101 259
CCHLN 3.625% 1/10/30	99 670	1 485	-	101 155	904	102 059
GIS 5.25 % 16/07/56	99 210	-	(272)	98 938	1 093	100 031
HERIM 3.5% 04/06/32	149 411	740	-	150 151	388	150 539
GOOGL 3.2% 11/05/30	99 900	582	-	100 482	447	100 929
BKNG 4% 11/05/34	149 216	2 675	-	151 891	838	152 729
BMW 3.625% 19/05/32	149 817	839	-	150 656	641	151 297
NOKI 3.625% 05/06/32	149 025	995	-	150 020	387	150 407
OMVAV 4.375% PERP	98 921	692	-	99 613	252	99 865
LXSGR 4.375 06/24/31	98 906	-	(13)	98 893	84	98 977
TEVA 3.75% 09/05/27	110 176	17	-	110 193	596	110 789
EQNR 1.625 11/09/36	82 111	382	-	82 493	1 042	83 535
ASRNED 7% 07/12/43	114 855	2 690	-	117 545	3 951	121 496
VOD 4% 10/02/43	132 796	892	-	133 688	2 163	135 851
ATOS 5,125% 14/06/33	153 858	2 416	-	156 274	346	156 620
EOANGR 1,25%19/10/27	48 144	867	-	49 011	437	49 448
EZJLN 3.75% 20/03/31	100 077	743	-	100 820	1 058	101 878
LKQ 4,125 01/04/28	100 375	-	(115)	100 260	1 031	101 291
CEPSA4.125% 11/04/31	103 133	-	(1 731)	101 402	915	102 317
BMW 3.5% 17/11/32	54 519	358	-	54 877	1 192	56 069
AKERBP 4% 29/05/32	106 721	-	(148)	106 573	380	106 953
JYBC 4.125% 06/09/30	102 490	-	(200)	102 290	3 368	105 658
TPEIR 4.625%17/07/29	103 434	-	(998)	102 436	4 422	106 858
	6 938 869	45 538	(32 239)	6 952 168	88 788	7 040 957
TOTAL	**31 618 744**	**198 175**	**(93 766)**	**31 723 153**	**265 509**	**31 988 662**

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	2025-12-31	Aumentos	Reduções	2026-06-30
Depósitos à ordem	3 088 448	22 618 193	24 022 812	1 683 828
TOTAL	3 088 448	22 618 193	24 022 812	1 683 828

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às caraterísticas do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as caraterísticas de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às caraterísticas dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2026, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
GBP	8 183	-	-	-	-	-	8 183
JPY	19 408 499	-	-	-	-	-	19 408 499
USD	594 673	-	-	-	-	-	594 673
Contravalor Euro	636 279	-	-	-	-	-	636 279

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2026 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	5 067 484	-	-	(3 235 680)	-	1 831 804
de 1 a 3 anos	14 682 215	-	-	-	-	14 682 215
de 3 a 5 anos	3 087 179	-	-	-	-	3 087 179
de 5 a 7 anos	2 095 062	-	-	-	-	2 095 062
mais de 7 anos	7 056 722	-	-	-	-	7 056 722

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	33 235 972	31 193 871
Carteira com derivados	30 000 292	28 535 171
	9,74%	**8,52%**

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF [1]
Comissão de Gestão Fixa	127 618	0,40%
Comissão de Depósito	5 749	0,02%
Taxa de Supervisão	2 483	0,01%
Custos de Auditoria	614	0,00%
Outros Custos Correntes	1 068	0,00%
TOTAL	137 532	

[1] Valor médio relativo ao periodo de referência